Periódico do
SINDJUS RS
2º Trimestre 2025 - www.sindjus.com.br

LUTAR É PRECISO

Edição 232

Chega de CCs! Categoria na luta pela valorização do serviço público

Nesta edição:

Orientações da Comissão Eleitoral — Pág 03
Conheça as chapas concorrentes — Págs. 04 e 05
Luta das aposentadas e aposentados — Pág 08

EDITORIAL

Sem concurso, sem diálogo, sem justificativa: basta de CCs!

Enquanto servidoras e servidores do Judiciário estadual se mobilizam pela valorização de suas carreiras, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) escolhe outro caminho: propõe a criação de 809 novos Cargos em Comissão (CCs).

A proposta, feita sem diálogo com a categoria e apresentada dias após aprovarmos a minuta da revisão do PCCS, não tem justificativa técnica nem estudo de necessidade, como exige a resolução 219 do CNJ. É uma manobra que ignora os reais desafios do Judiciário.

Além de não passarem por concurso, os CCs não cumprem plantão, não são avaliados por desempenho e não há reserva legal de cotas. E o custo? R$ 134 milhões por ano, drenando recursos que deveriam ir para reajustes, progressões e nomeações.

Se há sobrecarga dos 704 juízes, por que o TJRS instituiu folgas a cada três dias de trabalho para magistrados? Essa conta não fecha — nem em números — pois quer criar 809 cargos de confiança, nem em compromisso com quem faz a Justiça funcionar.

Na ponta da Justiça, no cumprimento, no atendimento à população, estão trabalhadoras e trabalhadores que enfrentam sobrecarga pelo déficit de pessoal efetivo. A prioridade do Tribunal deveria ser a abertura de concursos públicos, criação de cargos efetivos e chamamento de aprovadas e aprovados que aguardam nomeação, não a criação de mais CCs.

Estamos diante de mais um movimento que desrespeita a trajetória, o trabalho e a dedicação de quem constrói diariamente a Justiça. Um Tribunal que fala em eficiência não pode se sustentar em relações precárias, desigualdade de tratamento e decisões administrativas autoritárias. A Justiça que queremos e que a sociedade merece passa pela valorização das servidoras e servidores efetivos, ativos e aposentados.

Seguiremos na luta pela valorização dos servidores efetivos e não aceitaremos que a precarização seja o caminho para o Judiciário.

Revisão do PCCS, sim.
809 CCs, não!

Nacional

Sindicato atua na defesa da previdência e valorização dos Judiciários estaduais com a Fenajud

A atuação sindical também passa pela luta nacional. Em Brasília, o coordenador-geral do Sindjus, Osvaldir Rodrigues, reuniu-se com Fernanda Silva de Paula, chefe de gabinete do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, para tratar do retorno à pauta do Tribunal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que discutem pontos da reforma previdenciária, entre eles o questionamento sobre a constitucionalidade da contribuição extraordinária dos aposentados.

O Sindjus também participou no mês de março do Conselho de Representantes da Fenajud, que definiu uma série de propostas para fortalecer a luta conjunta das entidades no próximo período. Entre os encaminhamentos, está a reivindicação, junto ao CNJ, de participação da Federação nos debates que envolvam as trabalhadoras e trabalhadores dos Judiciários estaduais, essencial para a defesa das pautas da categoria. Também foi encaminhada a realização de um encontro de mulheres dirigentes sindicais no mês de maio e do Encontro Nacional do Coletivo de Negros e Negras da Federação, atividades fundamentais para ampliar a democracia sindical e trazer as questões de gênero e raça para o centro do debate.

Mosap - O sindicato também está engajado junto ao Instituto Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) na articulação nacional em defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2024, também chamada de "PEC Social". Os esforços do movimento estão concentrados atualmente no avanço da tramitação da proposta no Congresso Nacional; no início de abril, através do diálogo com parlamentares, foram obtidos novos requerimentos de apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, que trata do fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS - GESTÃO 22/25

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL:
Marco Aurélio Velleda (Diretor de Imprensa e Divulgação), Juliana Campani (MTB 15.501) e Joice Proença (MTB 16.383)

Projeto Gráfico e Diagramação:
Grupo REC

Tiragem:
-------- exemplares

COMISSÃO ELEITORAL

Eleições para nova diretoria do Sindjus

Nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2025, cerca de quatro mil trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário escolherão a diretoria que conduzirá o Sindjus nos próximos três anos. Pela primeira vez na história da entidade – fundada em novembro de 1988 - o pleito acontecerá virtualmente.

Estão aptos a votar os associados que se filiaram até o dia 19 de fevereiro de 2025. Os integrantes da comissão eleitoral realizaram diversas reuniões com três empresas especializadas em eleições virtuais e optaram pela empresa Panágora Tecnologia Ltda, levando em conta a questão de segurança e o fato de que essa empresa é a única que possui a opção de voto em separado.

Preocupados com a transparência das eleições, a comissão se reuniu nno dia 22 de abril com os fiscais das duas chapas e a empresa que ajudará a fazer as eleições para esclarecer e tirar dúvidas. O representante da empresa mostrou como funcionará a votação. Ressalta-se que a Panágora Tecnologia Ltda tem uma boa experiência em eleições sindicais, tendo já realizado a eleição de vários sindicatos.

ELEIÇÃO: DE 20 A 22 DE MAIO

RECADASTRAMENTO

A Comissão Eleitoral, eleita em Assembleia Geral híbrida realizada no dia 07 de março de 2025, solicita a todos os sindicalizados que façam o recadastramento pelo site do sindicato (www.sindjus.com.br) até o dia 05 de maio. Aqueles que tiverem dificuldade em se recadastrar pelo site devem entrar em contato com a secretaria do Sindjus para orientações.

A atualização do cadastro é fundamental para garantir o recebimento de materiais, informações e também os procedimentos para acesso à votação virtual. Para efetuar a atualização, é necessário acessar o site do SIndjus, clicar no banner do recadastramento e inserir as informações (telefone atualizado, e-mail).

DEMOCRACIA

A Comissão Eleitoral, por fim, convida todos os sindicalizados aptos a votarem que acessem a plataforma nos dias 20 a 22 de maio de 2025 para exercer seu direito de escolher a melhor opção para comandar o sindicato no triênio 2025/2028. Acreditamos que somente com a participação de todos conseguiremos fortalecer o Sindjus.

O voto é um mecanismo muito importante e sua participação é fundamental para uma democracia representativa, legítima e forte.

SINDJUS DE LUTA
DIALOGAR E AVANÇAR

PROPOSTAS PARA AVANÇAR (AINDA MAIS!)

A Chapa 1 nasce da luta, da pluralidade, dos debates francos e da construção coletiva.

Nossa proposta é avançar com diálogo e lutar com estratégia; com os pés no chão e os olhos no futuro!

CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS DA CHAPA 1!

SAÚDE

• **Auxílio-saúde justo**: equiparação ao dos magistrados. Isonomia é valorização!
• **Mais inclusão**: ampliação do ressarcim
• **Direito à desconexão**: sem cobranças fora do expediente. Respeito ao tempo de viver.

REDUÇÃO DA JORNADA

• **Escala 4x3**: qualidade de vida também é pauta de luta!
• **Projeto-piloto**: vamos dialogar com a Corregedoria-Geral para construir propostas testadas e possíveis.

JUNTOS E JUNTAS PARA LUTAR!

NÍVEL SUPERIOR DOS TÉCNICOS, JÁ!

A luta pelo Nível Superior dos Técnicos não parou! Seguimos pressionando o Tribunal, com diálogo, organização e mobilização. Reconhecer o nível superior é valorizar a formação, a entrega e o papel essencial dos técnicos no Judiciário.

DEFESA DOS APOSENTADOS

• **Luta em todas as frentes:**Pela PEC Social, auxílio-social e medicamentos para quem construiu o Judiciário.
• **Revisão da matriz salarial e reajuste:** a valorização tem que ser para todos – ativos e aposentados.

• **Participação:** participação ativa dos aposentados e aposentadas na construção política da pauta sindicais.

FATO ou FAKE

FAKE O TELETRABALHO VAI ACABAR POR CAUSA DA EXTINÇÃO DE CARGOS?

O teletrabalho depende do CNJ e dos planos individuais de trabalho. Cargos vagos não mudam esse direito.

FATO APOSENTADOS NÃO PERDERÃO A PARIDADE COM A EXTINÇÃO DE CARGOS!

A paridade é garantida por lei. A revisão da matriz e o reenquadramento vão beneficiar 2.199 servidores, inclusive aposentados.

FAKE E A CRIAÇÃO DOS CCS FOI NEGOCIADA COM O TJ?

A minuta de Revisão do PCCS aprovada pela categoria é sem a criação de 809 CCs. Defesa do concurso público: essa é a nossa luta!

Nos dias 20 e 22 de maio, a escolha é por quem sabe dialogar e quer avançar com a categoria!

Vote CHAPA 1 SINDJUS DE LUTA!

VEJA QUEM ESTÁ AO TEU LADO NA LUTA!

@chapa1sindjus

Aponte a câmera para o QR Code
e conheça a composição da Chapa 1 - Sindjus de Luta: Dialogar e Avançar, analise as propostas e posições!

VOTE ☑ CHAPA 2 PARA MUDAR

Movimento INDIGNAÇÃO

POR UM SINDICATO INDEPENDENTE E COMBATIVO

➔Nosso grande compromisso é com as necessidades e decisões soberanas da categoria. Todas as suas deliberações em assembleias, congressos, etc. serão cumpridas pela futura Direção fielmente, sem qualquer desvio.

➔Da mesma forma, será através do engajamento entusiasmado (e profunda conscientização necessária dos trabalhadores do judiciário) que a nossa luta será estruturada, pautando-se por ações concretas, como manifestações de rua, marchas, paralisações e, não havendo outro meio de dobrar o ranço patronal, a própria greve. O resultado de gestões que se pautaram pelo pretenso "diálogo" com um patrão surdo e insensível, não reivindicando sequer as pautas deliberadas pelos servidores e apostando na sua desmobilização é a realidade que vivemos, de MUITO TRABALHO E POUQUÍSSIMO SALÁRIO. Nos últimos 10 anos sofremos um arrocho de 69,07%. A imensa quantidade de cargos não foi provida, e ainda se implantaram centrais de cumprimento e cálculo pautadas por metas exaustivas a serem cumpridas em tempo exíguo.

➔Nosso programa, e a pauta prioritária que defendemos, é, portanto aquele já aprovado pela categoria no VII Conseju e na Assembleia Geral de 2024, destacando-se a luta por:

- JORNADA DE 6 HORAS,
- ADOÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR PARA OS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS,
- IMPLANTAÇÃO DE CARTÓRIOS REGIONAIS OU CENTRAL DE PLANTÃO,
- ISONOMIA SALARIAL DO A1 DOS CARGOS COM A ENTRÂNCIA FINAL,
- REENQUADRAMENTO RIGOROSO e AUTOMÁTICO POR ANTIGUIDADE,
- ENQUADRAMENTO DOS APOSENTADOS NO ÚLTIMO GRAU DA CARREIRA,
- ATUALIZAÇÃO ANUAL AUTOMÁTICA E OBRIGATÓRIA DOS SALÁRIOS PELA INFLAÇÃO,
- RECUPERAÇÃO DAS PERDAS HISTÓRICAS,
- AUXÍLIO-SOCIAL QUE CORRESPONDA, PELO MENOS AO SOMATÓRIO DO AUXÍLIO-REFEIÇÃO E GDI QUE O SERVIDOR PERDE QUANDO DA APOSENTADORIA.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Coordenação Geral:
Ubirajara Passos – Técnico Judiciário, Gravataí
Secretaria Geral:
Raquel Plucani Ferreira – Técnica Judiciária, Porto Alegre
Pedro Teófilo Lenzi – Técnico Judiciário, Gravataí
Secretaria de Finanças e Patrimônio:
Thiago Troccoli de Almeida – Técnico Judiciário, Porto Alegre
Milton Antunes Dorneles – Técnico Judiciário aposentado
Secretaria de Política e Formação Sindical:
Régis Paulo Pavani – Analista de TI, Tribunal de Justiça
José Carlos Silveira Gomes – Analista Judiciário aposentado
Secretaria de Imprensa e Divulgação:
Jair V. M. Rodrigues – Auxiliar de Serviços Gerais, Cachoeira do Sul
Andréa Augusta Manso Raymundi – Técnica Judiciária aposentada
Secretaria de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos:
Cleber Moraes Dutra- Técnico Judiciário aposentado
Vitor Kapustan – Técnico Judiciário, Porto Alegre

SUPLENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Ezequiel Oliveira da Costa – Oficial Artífice, Porto Alegre
Glauco Vieira Dorneles – Técnico Judiciário, Cachoeira do Sul
Carla Souza da Silva – Técnica Judiciária, Cachoeira do Sul
Rubinei Costa Preigschadt – Técnico Judiciário, Santa Maria
Maristela de Fátima Wieles Klug – Técnica Judiciária, Giruá

CONSELHO FISCAL:

Francino Medeiros Mirco – Técnico Judiciário, Rio Grande
Felipe Ribeiro – Técnico Judiciário, Torres
Gilmara Cabral Silveira – Auxiliar de Serviços Gerais aposentada
Ivan C. Borba de Oliveira – Técnico Judiciário, S. Sebastião do Caí
Neusa M. dos Santos – Técnica Judicial classe R aposentada, Tribunal de Justiça

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:

Lara de Moraes Araújo – Técnica Judiciária, Porto Alegre
Lúcia Saldanha Caiaffo – Oficial de Justiça aposentada
Terezinha M. A. da Silva Pereira – Oficial Ajudante aposentada
João Batista Maciel – Oficial Ajudante aposentado
Felipe Ferreira Coelho – Técnico do Poder Judiciário, Porto Alegre

Jurídico Atualização sobre ações coletivas

1) GDI para aposentadas/os - Ação Civil Pública (ACP) que objetiva a declaração do direito à percepção da gratificação de desenvolvimento institucional (GDI) pelos aposentados e pensionistas. Lei 16016/2023 - **Atualização:** Fase de instrução - discussão sobre valor da causa. Ainda não há sentença;

2) Vantagens por tempo de serviço - Postulamos a contagem do período do serviço público entre 28/05/2020 a 31/12/2021 (suspensa pela LC 173/20) e a implantação das vantagens temporais - **Atualização:** fase de instrução - discussão sobre a produção de provas. Ainda não há sentença;

3) Aposentadorias e Pensões - ACP objetivando a declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre o valor dos proventos de aposentadoria percebidos pela parte autora que não excederem o Teto do RGPS, bem como a restituição do indébito - **Atualização:** Recurso de Apelação contra sentença que extinguiu o feito por entender não cabível a discussão por meio de Ação Civil Pública;

4) Correção monetária - progressões 2022. ACP requerendo a correção monetária dos pagamentos retroativos das progressões - **Atualização:** Concluso para julgamento;

5) Correção monetária - auxílio saúde 2021 - ACP requerendo a correção monetária dos pagamentos retroativos do Auxílio Saúde - **Atualização:** Aguarda julgamento de Apelação;

6) Atendimento pelo IPE por hospitais que se descadastraram - 18 hospitais vinculados ao Ipe Saúde anunciaram que estavam se descadastrando. Foi deferida liminar para obrigar a manutenção do atendimento aos segurados do Ipe. - **Atualização:** Aguarda audiência de conciliação.

7) Remuneração dos plantões - Postulamos o cômputo das horas trabalhadas nos plantões, com adicional de 50%, quando a jornada ultrapassar 8ª hora diária ou 7ª ininterrupta a partir da adoção do turno único, 40ª semanal ou ainda 200ª mensal; Horas extraordinárias laboradas em jornada noturna e adicional noturno - **Atualização:** fase de instrução - produção de provas

8) Suspensão dos Consignados do Banrisul nas enchentes - ACP visando obrigar o banco a reabrir as opções para todos os servidores vinculados ao Sindjus, para que pudessem escolher entre: 04 meses sem juros, 06 meses com juros, ou a manutenção do contrato original. **Atualização:** Deferida liminar. Fase de instrução - suscitado conflito de competência.

9) Insalubridade, periculosidade e horas extras (celetistas) - Ações coletivas que visam garantir a remuneração de horas extras e adicionais de insalubridade e periculosidade. **Atualização:** Processos em fase avançada de execução.

Para saber sobre as ações individuais, aponte a câmera para o QR Code:

Fale conosco

O Departamento Jurídico do Sindjus/RS está à disposição pelo e-mail **juridico@sindjus.com.br** e a assessoria jurídica, COP Advogados Associados, pode ser contatada pelo telefone **(51) 98191-5878** ou e-mail **cop@copadvogados.com.br**.

Tribunal confirma auxílio medicamento, resultado direto da mobilização do NAP

No final de março, foi confirmada pelo Tribunal de Justiça (TJRS) uma conquista importante: o auxílio-medicamento para aposentadas e aposentados. O 2º vice-presidente do TJRS, Sérgio Blattes, informou em reunião com integrantes da coordenação do NAP que a decisão política da Administração já foi tomada, e a verba deve ser implementada em breve, ainda durante a atual gestão do TJRS. O auxílio garantirá o ressarcimento de despesas com medicamentos prescritos, desde que não sejam disponibilizados gratuitamente na rede pública.

Segundo o desembargador, está em fase de construção um sistema de controle para organizar os pagamentos do auxílio, que deverá seguir modelo semelhante ao do Salus (auxílio-saúde).

Esta conquista dá uma perspectiva otimista para a luta em defesa do Auxílio Social, uma das principais reivindicações do sindicato junto à Administração como forma de atenuar o impacto das perdas financeiras para quem se aposenta. "O NAP tem ganhado força com o trabalho desenvolvido por sua coordenação em articulação permanente com a direção do Sindjus para garantir visibilidade e mobilização na defesa das pautas prioritárias para essa parte tão importante da nossa categoria", destaca o coordenador-geral do sindicato, Osvaldir Rodrigues.

Auxílio-Social: A luta continua! No mês de maio, em data a ser definida, será realizada uma nova reunião com o 2º vice-presidente.

FORMAÇÃO E LUTA

Encontros regionais mobilizam e oferecem conhecimento.

As atividades do Núcleo de Aposentadas e Aposentados do Sindjus (NAP) levam a luta a todos os cantos do estado. Por meio dos Encontros Regionais, o Sindjus aproxima a categoria e organiza a mobilização na defesa dos temas específicos das aposentadas e aposentados. Neste ano, já foram realizados encontros em Capão da Canoa, Porto Alegre e Uruguaiana.

Porto Alegre

Além da apresentação da pauta de lutas que o sindicato tem desenvolvido, os encontros também contam com a oficina de inclusão digital. O especialista em marketing digital, Lúcio Uberdan, conduz a atividade, na qual aborda diversos aspectos da tecnologia e suas aplicações na vida e na rotina, os avanços e riscos da adoção de ferramentas digitais em comunicações e serviços e dá dicas e orientações sobre utilização segura, como identificar fake news e prevenção contra golpes e fraudes. Concebida e realizada pela Secre-taria de Comunicação em parceria com a Secretaria de Formação e o NAP, a oficina já foi levada a diversas regiões do estado. Em 2025, novas localidades receberão a atividade, realizada sempre dentro da programação dos encontros regionais.

"Esses encontros proporcionam um espaço produtivo de trocas, integração, compartilhamento de informações e fortalecimento da luta das aposentadas e aposentados", destaca o diretor de Comunicação do Sindjus, Marco Velleda, que articula as ações junto ao NAP.

Capão da Canoa

Uruguaiana

Um olhar sindical sobre a luta anticapacitista

O Sindjus deu um passo importante na luta por inclusão e igualdade ao criar o Coletivo de Pessoas com Deficiência e Familiares Atípicos do Sindjus – Acolhe, um espaço dedicado a acolher, debater e atender às demandas das pessoas com deficiência (PCDs) e de seus familiares na categoria.

O Coletivo foi lançado oficialmente no final do ano passado com um vídeo institucional* veiculado pelo Sindjus no dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e já está articulando ações junto à direção sindical para buscar visibilidade e espaço para o tema em negociações com o TJRS.

No início do mês de abril, integrantes do Acolhe participaram de reunião com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) do Tribunal de Justiça (TJRS) para apresentar o Coletivo, que tem o propósito de promover a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) e familiares atípicos, fortalecendo a luta anticapacitista, atuando na defesa dos direitos a e somando esforços para a construção de um ambiente de trabalho mais acessível.

A atuação do Coletivo se dará em dois eixos principais: a educação sobre os direitos das PCDs, para sensibilizar e informar, e o compartilhamento de experiências, buscando alternativas para atender às diferentes necessidades.

Veja aqui o vídeo de lançamento do Acolhe

Você sabia?

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro, foi criado em 1992 pela resolução nº 47/3 da Assembleia Geral das Nações Unidas. A instituição da data visa promover a compreensão das questões da deficiência e mobilizar apoio à dignidade, aos direitos e ao bem-estar das pessoas com deficiência.

Fonte: Biblioteca virtual em Saúde - Ministério da Saúde.

Venha somar nesta luta!

Para participar do coletivo, entre em contato pelo email

sindjus@sindjus.com.br

Este jornal é produzido com material reciclado, em respeito ao meio ambiente.